



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Sabino Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 203930-9/01 - Comarca do Recife

Agravantes: Janiolene Maria Ferreira da Cruz e outros.

Agravados: Estado de Pernambuco e outro.

EMENTA: CIVIL E ADMINISTRATIVO. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INSTITUTO DE DIREITO PRIVADO. PRESENÇA DA FAZENDA PÚBLICA. IMUTABILIDADE DA NATUREZA JURÍDICA DO NEGÓCIO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. O fato de a transação ser celebrada com pessoa jurídica de direito público não faz com que perca sua natureza jurídica de negócio de direito privado, justamente por se tratar de conjugação de vontades emitidas por pessoas em posição de equilíbrio. 2. A Administração pode celebrar contratos de direito privado e de direito público, havendo nestes últimos a presença de cláusulas exorbitantes, o que não ocorre no caso concreto. 3. Inaplicabilidade do art. 1º do Decreto-Lei nº 20.910/32. 4. Recurso de agravo desprovido unanimemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 203930-9/01, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Saliente Desembargador Ricardo Pires Barreto*

**Recurso de agravo nº 203930-9/01 - Comarca do Recife**  
**Agravantes:** Janiolene Maria Ferreira da Cruz e outros.  
**Agravados:** Estado de Pernambuco e outro.

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa que negou seguimento à apelação cível apensa, sob o fundamento de que o fato da Fazenda Pública ser uma das partes da transação não implica na imputação de natureza pública ao negócio jurídico celebrado.

Segundo os agravantes, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois, o negócio jurídico celebrado entre particulares e pessoas jurídicas de direito público deveria ser considerado como um contrato de direito público e, como tal, admitiria impugnação no prazo prescricional de 5 (cinco) anos, na forma do art. 1º do Decreto-Lei nº 20.910/32.

Ao final, requer o provimento integrativo, para fins de destrancamento da apelação, com seu regular seguimento.

É o relatório.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação cível em face de sentença que extinguiu a ação anulatória com julgamento de mérito, sob o fundamento que teria ocorrido decadência do direito de anulação do negócio tido como viciado. Em suas razões, de fls. 369/377, os apelantes pugnam pela reforma da decisão recorrida por entenderem que não seria aplicável a legislação civil ao caso dos autos, por se tratar de relação de direito público, a qual poderia ser questionada no prazo cinco anos, nos termos da norma especial prevista no art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Contrariedades às fls. 34382/394 e 395/407, pela manutenção do julgado vergastado, vindo os autos conclusos. Feito este breve relato, decido monocraticamente. Trata-se de pedido anulatório da transação firmada entre as partes, ao fundamento de que se teria induzido os apelantes a erro, compelindo-os à emissão de vontade nos termos ali pactuados, o que teria sido prejudicial aos seus interesses, porque aceitou-se o pagamento de valor muito aquém do entendido como devido. Ora, o induzimento a erro, o dolo, quando não acidental, é vício de vontade que inquina o negócio jurídico dele decorrente, porém, representa nulidade relativa que deve ser alegada pela parte prejudicada no prazo decadencial de 4 (quatro) anos, sob pena de perda do direito potestativo de anulação do negócio, conforme o art. 178, II, do CC/02. No caso, verifico que a transação fora firmada no ano de 2003 e somente em 2009 houve o ajuizamento da pretensão anulatória, ou seja, após seis anos da realização do negócio, quando já decaiu o direito dos apelantes de ver revista a transação que entendem

152 22  
C

viciada. Neste sentido, a jurisprudência do STJ no aresto adiante transcrito: TRANSAÇÃO. DECADÊNCIA. A ação para desconstituir transação por vício de vontade deve ser exercida em quatro anos, sob pena de decadência do direito formativo (art. 178, § 9º, V, b, do CCivil). Recurso não conhecido (REsp 468026/ RJ, T4, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 07/04/2003). No mais, é oportuno mencionar que o fato da Fazenda Pública ser uma das partes da transação não significa dizer que o negócio sempre será de direito público, porque a Fazenda Pública pode firmar negócios em que haja a predominância do direito privado. Assim, diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo, mantendo incólume o julgado de primeiro grau. P. e I. Recife, 14 de dezembro de 2009. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator.

Segundo os agravantes, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois, o negócio jurídico celebrado entre particulares e pessoas jurídicas de direito público deveria ser tido como um contrato de direito público e, assim sendo, admitiria impugnação no prazo prescricional de 5 (cinco) anos, na forma do art. 1º do Decreto-Lei nº 20.910/32.

Ora, como já explicitado na decisão agravada, o fato de a transação ser celebrada com pessoa jurídica de direito público não faz com que perca sua natureza jurídica de negócio de direito privado, justamente por se tratar de conjugação de vontades emitidas em posição de equilíbrio.

Por oportuno, ressalte-se que a administração pode celebrar contratos de direito privado e de direito público, havendo nestes últimos a presença de cláusulas exorbitantes, o que não ocorre no caso concreto.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
Relator